



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011238-91.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**
 Exequiente: **Carmen Rita Alcaraz Orta Dieguez**
 Executado: **Agda Cristina Ribas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução (tomo como tal a manifestação de fl. 56) que está fundada em título executivo extrajudicial consistente em contrato de honorários advocatícios.

Sustenta a embargante que ao ajustar os serviços da embargada ficou convencionado que pagaria a ela como contraprestação o equivalente a 20% (vinte por cento) do que viesse a receber, inclusive sobre a pensão que porventura percebesse nos três primeiros meses.

Essa explicação está em desacordo com o instrumento de fl. 07, o qual com clareza dispõe que a embargada faria jus ao recebimento de honorários na esteira do que calculou a fls. 02/03.

Como se não bastasse, nenhum indício sequer foi amealhado pela embargante para o menos conferir verossimilhança à sua versão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tocava-lhe fazer prova a respeito, mas como ela não demonstrou interesse de tal natureza (é o que se vê a fls. 71, 77, 78 e 84) se conclui que não se desincumbiu desse ônus.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos opostos, não tendo a embargante apresentado dados minimamente sólidos que sobrepujassem os atributos inerentes ao título objeto da execução, os quais subsistem íntegros.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**